

EXISTE RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA AMBIENTAL E PROJETOS DE EXTENSÃO? UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

NATALIA CAROLINI BASSO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

KELLI JULIANE FAVATO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MARGUIT NEUMANN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

EXISTE RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA AMBIENTAL E PROJETOS DE EXTENSÃO? UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

1 INTRODUÇÃO

A Fábula para o Amanhã de Carson (1969), proferindo a Primavera Silenciosa que procedeu da ineficiência do uso de recursos naturais, impulsionou os debates incipientes da década de 1950, proferindo que os recursos naturais extraídos para alimentar o sistema de produção e consumo são finitos. Afinal, qual o limite do crescimento? Até que ponto o crescimento sem desenvolvimento é sustentável? As indagações marcaram espaço nos debates do Clube de Roma (Meadows, Meadows, & Randers, 1972) e na Conferência de Estocolmo (ONU, 1972). Posteriormente o *Our Common Future* (ONU, 1986) proferiu quanto às necessidades globais de desenvolvimento. Este período foi cenário para desenvolver alternativas de recuperação do meio ambiente, dado o seu agravamento devido à degradação socioambiental (DANTAS; PACHECO; LIBONI, 2014; SCHENINI; SANTOS; OLIVEIRA, 2007).

As consequências do sistema de consumo de curto prazo para com o meio ambiente, impulsionadas pelo crescimento econômico, vêm aumentando gradativamente, sendo necessário repensar a forma de produção e consumo para uma perspectiva ecoeficiente. Elkington (2012) infere quanto a necessidade do desenvolvimento sustentável, ou seja, é preciso compreender que a riqueza gerada em uma atividade, hoje, não comprometerá a capacidade das futuras gerações em atender suas próprias necessidades (ELKINGTON, 2012; ONU, 1986). As organizações, em resposta as conferências mundiais promovidas pela ONU e das pressões da sociedade, estão cada vez mais preocupadas em recuperar os danos por elas causados e mostrar um desempenho mais satisfatório em relação aos problemas ambientais (TINOCO; KRAEMER, 2011, SCHENINI; SANTOS; OLIVEIRA, 2007; RIBEIRO; PALACIOS; FERREIRA, 2015).

O processo de conscientização acerca da gestão ambiental é consequência das ações de avaliação e monitoramento de impactos ambientais da atividade. Este processo está vinculado as normas que são elaboradas pelas instituições públicas sobre o meio ambiente com o objetivo de promover alternativas para alcançar o desenvolvimento sustentável (BRAGA, 2009; COSTA, 2012). A conscientização ambiental que envolve a economia e a sociedade, também dever ser discutida no setor da educação. As Instituições de Ensino Superior (IES) têm apresentado iniciativas consistentes quanto à incorporação de diferentes ferramentas de gestão socioambiental em suas instalações e atividades. As IES podem assumir importante papel tanto na preparação dos estudantes quanto na geração de informações e conhecimento sobre gestão socioambiental. No entanto, ainda são poucas as iniciativas observadas a esse respeito (TAUCHEN; BRANDLI, 2006; FERES; ANTUNES, 2007).

As IES são responsáveis pela incorporação de valores e práticas socioambientais, tanto nos cursos oferecidos e disciplinas ministradas quanto na administração de suas estruturas físicas, promovendo o desenvolvimento sustentável. Estabelecem, por meio de políticas ambientais, princípios de ação pertinentes à sua postura em relação ao meio ambiente, definindo intenções e assumindo compromissos com a preservação ambiental e a sustentabilidade perante a sociedade (REIS; MORAIS, 2009).

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) em vista a assumir esse comprometimento, criou as diretrizes de Política Ambiental da Universidade, tendo como princípios: a sustentabilidade, a prevenção, a precaução, a integração, a transversalidade do planejamento e execução das ações, a interação das ações de educação ambiental e o acesso

livre às informações. A UEM, constituída em 1969, é uma tradicional IES e está localizada em Maringá- Paraná (PR), logo as ações da UEM são de relevância e visibilidade para a população local e regional, havendo a necessidade de se integrar às ações do município para ser ambientalmente correta (PROAÇÃO, 2014).

A história da Política Ambiental da UEM teve início com o diálogo promovido por alguns projetos de extensão em conjunto com o Programa de Integração Social (PROAÇÃO) em maio de 2010. Nesse período, foi lançada uma campanha de responsabilidade socioambiental e a I Semana Ambiental resultando na criação da Carta Ambiental da universidade, que teve por objetivo mostrar que a instituição é um patrimônio da sociedade e merece cuidados (ASC, 2013; PROAÇÃO, 2014).

A Comissão Ambiental da UEM foi formalizada pela Portaria n. ° 425/2011-GRE, com a missão de discutir e estabelecer a proposta de política ambiental para a universidade, que em 2013, após ter realizado três semanas ambientais, estabeleceu a política que se encontra em vigor até a realização do presente estudo. Os incisos VI e VIII do artigo 3º da Política ambiental da UEM estabelecida pela Resolução nº 020/2013 COU objetivam “estimular a inclusão das temáticas ambientais nas ações de extensão e nos conteúdos transversais dos currículos de graduação e de pós-graduação”, bem como “divulgar, para a comunidade universitária e sociedade em geral, os dados e as informações ambientais decorrentes das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão ambiental” (ASC, 2013; PROAÇÃO, 2014).

Considerando que a UEM tem sua atuação ancorada no ensino, na pesquisa e na extensão, o presente estudo procura responder à seguinte questão: **Existe relação entre a política ambiental da UEM e as iniciativas dos projetos de extensão da instituição?** Desse modo, o objetivo da pesquisa é **investigar a relação entre a política ambiental da UEM e as iniciativas dos projetos de extensão da mesma por meio do levantamento dos projetos e resultados alcançados desde a criação de sua política ambiental em 2013.** A pesquisa contribuirá para o preenchimento de lacunas existentes a respeito do tema, e seus resultados poderão propor melhorias na política ambiental da universidade além de servir de referência para outras IES.

O estudo encontra-se segmentado em cinco seções: a primeira é composta pela introdução do tema, em sequência estão as seções de revisão da literatura e dos procedimentos metodológicos empregados. A quarta seção, contém a apresentação e análise dos resultados da pesquisa e conclusões sobre as análises executadas, e por fim, a quinta seção traz suas considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Impactos Ambientais e Conscientização Ambiental nas Instituições de Ensino Superior

A Conferência de Estocolmo, em 1972, estabeleceu uma conexão entre desenvolvimento e qualidade de vida adotada pelos países desenvolvidos pela percepção do nível de degradação ambiental. Vinte anos depois, a Conferência da Terra realizada no Rio de Janeiro tratou o desenvolvimento sustentável como meta a ser seguida por todos os países definindo-o como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (PEREIRA, 2000; ELKINGTON, 2012; ONU, 1986).

O conceito de desenvolvimento sustentável trata a natureza como um recurso ou matéria-prima destinada aos objetivos de mercado com acesso priorizado a parcelas da sociedade que controlam o capital. Nesse sentido, a sociedade passou a ter como meta a

educação ambiental a fim de recuperar o significado do ecodesenvolvimento como um processo de transformação do meio natural impedindo desperdícios e realçando as potencialidades deste meio, cuidando da satisfação das necessidades de todos (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; FERRARO JUNIOR, 2005).

A conquista do desenvolvimento sustentável requer estratégias para a redução dos impactos ambientais. A aplicação de iniciativas para contornar a situação requer uma série de medidas por parte do poder público, buscando a conscientização e participação de todos. Os impactos ambientais causados na utilização dos recursos naturais pela geração dos grandes volumes de resíduos exigem políticas que visam à implantação de um modelo prático de gestão (SILVA, 2010; JULIATTO; CALVO; CARDOSO, 2011).

O processo de conscientização acerca da gestão ambiental é consequência das ações de avaliação e monitoramento de impactos ambientais, e está vinculado a normas que são elaboradas pelas instituições públicas com objetivo de promover alternativas de reciclagem ou manejo adequado dos resíduos gerados. Essas normas fixam os limites aceitáveis de emissão de substâncias poluentes, definindo em que condições os resíduos serão despejados e proibindo a utilização de substâncias tóxicas, bem como, a quantidade de água que pode ser utilizada e o volume de esgoto que pode ser lançado (BRAGA, 2009; COSTA, 2012).

Essa conscientização em diferentes camadas da sociedade e setores envolve também o setor da educação. As IES têm apresentado iniciativas consistentes quanto à preparação de estudantes e nos exemplos práticos incorporados na operação de seus campus. Estes se comparam a pequenos núcleos urbanos, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, necessitando de infraestrutura básica, redes de abastecimento de água e energia, redes de saneamento e coleta de águas pluviais e vias de acesso (TAUCHEN; BRANDT, 2006).

As IES passaram a introduzir a temática ambiental em suas atividades a partir dos anos 1960. As primeiras experiências surgiram nos Estados Unidos em conjunto as promoções de profissionais nas ciências ambientais. Desde então, diversos compromissos foram firmados em resposta a busca pelo fortalecimento na atuação ambiental das instituições, orientando-as para a sustentabilidade (JULIATTO; CALVO; CARDOSO, 2011).

Em uma pesquisa realizada em 42 IES do Reino Unido, América Latina, Europa, Estados Unidos e Canadá, as ações sustentáveis mais realizadas foram: o controle do consumo e reuso da água e o programa de reciclagem em torno de 22% dos casos, 19% das IES trabalham na conscientização dos alunos e 16% utilizam da auditoria ambiental para indicar melhorias onde necessário (TAUCHEN; BRANDT, 2006).

As universidades além de levar conhecimento, tecnologia e suporte ético, influenciam a comunidade na qual atuam oferecendo aos alunos instrumentos intelectuais para confrontar a realidade na qual está inserido. Nos países desenvolvidos, as IES reconhecem a responsabilidade que têm em disseminar a consciência ambiental por meio de práticas na gestão dos campus e incluindo temas ambientais nos currículos acadêmicos. No Brasil, e em outros países em desenvolvimento, nota-se uma postura voltada à sustentabilidade social, com iniciativas como o Encontro Latino Americano de Universidades Sustentáveis (ELAUS) que objetiva expor práticas e pesquisas das IES da América Latina (ENGELMAN; GUISSO; FRACASSO, 2009).

2.2 Panorama de Políticas Ambientais e Projetos de Extensão no Ensino

A Política Ambiental constitui o conjunto de diretrizes e princípios que norteiam a aplicação de instrumentos legais de gerenciamento ambiental. Para tanto, deve recorrer aos princípios de ação da organização comprometendo-se com o cumprimento da Lei ou normas que estão estabelecidas, regulamentando o comportamento da sociedade (JULIATTO;

CALVO; CARDOSO, 2011).

Um exemplo de instituição que adota essa política é a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), que segundo Art. 1º, Res. 24/2004 (FURB, 2014), consiste no processo de interação entre universidade e sociedade, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento sustentável por intermédio do intercâmbio científico, cultural e tecnológico, com uma perspectiva crítica e transformadora.

Em outro exemplo, a Política Ambiental da Universidade de São Paulo (USP) foi criada pela necessidade de um documento que norteasse e legitimasse as ações socioambientais de forma a promover uma gestão ambiental mais eficiente e de acordo com os princípios da universidade. Entre os projetos de extensão da USP, estão a Semana do Meio Ambiente e o Simpósio sobre Resíduos Sólidos. Em comemoração ao dia do Meio Ambiente, o jornal da USP iniciou uma série de reportagens sobre as reservas ecológicas. Na primeira matéria da série, foram apresentadas as políticas internas da USP para criação de suas próprias áreas protegidas, além do planejamento para a Política Ambiental da universidade, e também uma lista dos campus que possuem áreas de preservação ambiental (USP, 2017).

Em vista a uma maior conscientização da comunidade acadêmica, a elaboração de políticas ambientais nas IES compreende a realização de consultas públicas e posterior aprovação do Conselho Universitário. Este trabalho de conscientização sobre a importância da sustentabilidade deve ser acompanhado de uma gestão adequada, com cooperação entre as diversas instâncias e órgãos institucionais, entre decisores e funcionários, docentes e discentes (UFSC, 2017; MARCOMIN; SILVA, 2009).

As IES destacam-se com uma nova perspectiva na busca por soluções no que diz respeito aos pilares do ensino, pesquisa e extensão, já que possuem as mesmas necessidades que qualquer outra organização, o que compara os campus a núcleos urbanos. Alguns autores consideram que as atividades de pesquisa, ensino e extensão na maior parte das universidades estão ligadas e que deverão ser mutuamente inclusivas. Porém, tem sido mantida sem integração funcional comprometendo a atividade-fim da instituição (JULIATTO; CALVO; CARDOSO, 2011; MARCOMIN; SILVA, 2009).

Alguns projetos de extensão estão ligados diretamente com a política ambiental das IES. Destaca-se, por exemplo, o projeto de implantação do núcleo de processamento de resíduos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) quem tem como foco principal a reutilização de materiais e a extração de energia por biodigestores (JULIATTO; CALVO; CARDOSO, 2011).

Em uma busca por projetos de extensão realizada nos sites de 36 IES do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, observa-se a diversidade de atividades voltadas para a área ambiental. Essas atividades contribuem com a formação e preparação de cidadãos mais responsáveis além de proporcionar conhecimentos técnicos e científicos em contribuir para recuperar, proteger e melhorar o meio ambiente e a qualidade de vida de todos os seres vivos. Porém, não foi possível comparar essas atividades pelas especificidades das IES (VERDI; PEREIRA, 2006).

Outro exemplo é o projeto de extensão implantado na Aldeia M'Biguaçu. Trata-se de uma proposta que envolveu alunos e professores do curso de geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) com o intuito de conscientizar os aldeões quanto aos danos que o lixo causa na natureza em geral e, especificamente, no espaço por eles frequentado. O projeto trouxe resultados positivos, em que se pode notar o grau de conscientização por parte das crianças que participaram das atividades que se indagavam a respeito do que faziam e até denunciavam quem jogava lixo fora do lugar adequado (DIAS; MARTINS; PRESTES; SILVA, 2012).

Existem diretrizes globais, nacionais e estaduais, que norteiam a Educação Ambiental,

mas sua efetivação no ensino ainda está longe da consolidação de forma institucional. As ações de Educação Ambiental e projetos de extensão são, em sua maioria, ligados a um docente simpatizante da causa, mostrando não existir uma formação profissional conectada com valores institucionais mais responsáveis (VERDI; PEREIRA, 2006).

Os futuros docentes precisam estar preparados para inserir as questões ambientais no cotidiano de seus alunos como um processo educativo que conduzindo a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado. Isso implica na questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza, para assim, formar uma nova geração consciente, crítica e capaz de compreender e gerenciar os problemas ambientais (VERDI; PEREIRA, 2006; SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; FERRARO JUNIOR, 2005).

No contexto apresentado em que as políticas ambientais das instituições estão diretamente ligadas aos projetos de extensão, o presente estudo procura mostrar a relação entre a política ambiental da UEM e as iniciativas de projetos de extensão da mesma, podendo propor melhorias para a IES.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos, a pesquisa se enquadra em exploratória tendo como objetivo investigar a relação entre a política ambiental da UEM e as iniciativas dos projetos de extensão da mesma por meio do levantamento dos projetos e resultados alcançados desde 2013, ano de criação de sua Política ambiental. A pesquisa exploratória consiste em esclarecer e modificar ideias e conceitos para a formulação de problemas mais precisos para estudos posteriores. Essas pesquisas são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral à temática abordada (GIL, 2010).

Quanto à natureza do problema, a pesquisa é caracterizada como aplicada, que segundo Barros e Lehfeld (2000), tem como principal objetivo contribuir para fins práticos. No que tange a abordagem do problema, foi empregado o método qualitativo buscando descrever, analisar e compreender a relação entre a política ambiental da UEM e as iniciativas dos projetos de extensão da instituição. A pesquisa qualitativa segundo Portela (2004), busca explicar o porquê das coisas.

O método utilizado na pesquisa foi o estudo de caso e a pesquisa documental, buscando a relação entre a política ambiental da UEM e as iniciativas dos projetos de extensão da instituição, assim como, a pesquisa documental a partir da legislação vigente da própria UEM.

Os dados para estudo foram coletados por meio da observação e coleta de documentos, projetos e legislação da própria UEM. A análise dos resultados foi baseada na análise documental, e na lei vigente da instituição, comparando os dados com os projetos de extensão, podendo propor melhorias em sua legislação.

Ressalta-se que a pesquisa fica restrita a legislação vigente até o término do presente estudo, bem como, aos projetos e documentos existentes até o fechamento da presente pesquisa. A UEM conta com 25 Projetos de Extensão na área Ambiental (Tabela 1) segundo busca realizada por meio do Sistema de Gestão de Projetos de Extensão (SGPEX).

Projeto	Título	Departamento
0606/09	Centro de referência em agricultura urbana e periurbana - CERAUP/UEM	DAG
0925/08	Dinamização das feiras da agricultura familiar nos municípios do PRO-AMUSEP-REDIFEIRA	DAG
11063/09	Programa paranaense de certificação de produtos orgânicos	DAG

1176/07	Difusão de resultados de pesquisa e multiplicação de variedades de mandioca adaptadas a região noroeste do Paraná	DAG
12185/14	Incubadora e unidades de referência como estratégia no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários para disseminação de tecnologia	DAD
1722/03	Home Page do DZO - UEM	DZO
3980/08	Incubação de empreendimentos econômicos solidários em municípios pertencentes ao território Conrad entre rios	CAU
5767/13	Arborização de áreas urbanas e rurais no município de Cidade Gaucha	CAR
1886/05	Os direitos de cidadania e o meio ambiente.	DPP
13270/07	Cidadania com responsabilidade social.	DCC
7555/09	Projeto ser voz: assuntando pelo rádio. O dialogo universidade e agricultura familiar sustentável, sem fronteiras	DAG
8087/09	Horto didático de paisagismo e espécies de uso popular	DCA
6201/16	Organização do consumo consciente e comércio justo a partir da cooperativa Naturingá de comercialização direta e de e-commerce	CCA
1801/2017	Manejo sustentável de plantas daninhas em hortas agroecológicas	DCA
12483/12	Hortas escolares como instrumento de promoção da segurança alimentar e nutricional nas escolas municipais de Paiçandu - PR	DAG
11540/13	A geografia das lutas no campo: apoio a produção de arroz ecológico e resgate de sementes crioulas como desenvolvimento territorial sustentável dos assentamentos rurais da reforma agrária do noroeste do Paraná	DGE
8891/17	Projeto fazenda experimental Iguatemi - educação ambiental	DZO
7382/17	Atuação da Empresa Junior Preservare Consultoria em Engenharia Ambiental	DAM
6237/15	Educação ambiental para a conservação dos morcegos	DCI
3661/10	Pegada animal: o método de moldagem aplicado a educação ambiental	PROMUD
11530/10	Parque do cinquentenário: educação ambiental com a comunidade geral e escolar do entorno	DBI
7562/12	Projeto arquitetônico: Parque de Educação Ambiental Professor Makiguti	DEC
0703/07	Horta orgânica na escola: a horta como laboratório natural integrando escola e comunidade	DAG
5207/08	Arte e meio-ambiente	DAU
10625/13	Alternativas de organização rural para propriedades leiteiras da agricultura familiar	GRE

Tabela 1: Projetos de extensão na área Ambiental por meio do levantamento dos projetos
Fonte: Dados da pesquisa

Dos 25 projetos existentes na área ambiental apenas 2 se enquadram na relação entre Projeto de Extensão e Política Ambiental da Universidade (Tabela 2). Portanto, foram excluídos 23 projetos por não estarem vinculados a Política Ambiental da Universidade, em sua maioria, são ligados a agricultura.

Projeto	Título	Departamento	Período de Realização
1886/05	Os direitos de cidadania e o meio ambiente.	DPP	08/08/2005 a 29/02/2016
13270/07	Cidadania com responsabilidade social.	DCC	01/10/2007 a 30/09/2015

Tabela 2: Projetos de extensão relacionados a Política Ambiental por meio do levantamento dos projetos
Fonte: Dados da pesquisa

A próxima seção apresenta os resultados e análises da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 A criação da Política ambiental da UEM

As discussões sobre a Política Ambiental da UEM tiveram início em maio de 2010, com o diálogo promovido por alguns projetos de extensão em conjunto com o Proaçoão que tinha uma subárea ambiental (Proaçoão-Ambiental) ainda não articulada dando início a I Semana Ambiental da UEM. Neste evento foi lançada a Carta Ambiental da UEM que trouxe como primeiro item a necessidade de criação de uma política ambiental para a universidade. Aproveitando o momento de eleição para a reitoria, a Carta foi apresentada aos candidatos, sendo que todos eles assumiram o compromisso (ASC, 2013; PROAÇÃO, 2014).

A chapa vitoriosa era encabeçada pelo professor Doutor Júlio Santiago Prates Filho e, cumprindo com o compromisso convocou os membros do Proaçoão-Ambiental dando início a criação da Comissão Ambiental da UEM. Esta foi formalizada pela Portaria n.º 425/2011-GRE, com a missão de discutir e estabelecer a proposta de Política Ambiental para a universidade, que em 2013, após ter realizado três semanas ambientais, estabeleceu a política que se encontra em vigor até a realização da presente pesquisa (ASC, 2013; PROAÇÃO, 2014).

Os incisos VI e VIII do artigo 3º da Política ambiental da UEM estabelecida pela Resolução nº 020/2013 COU objetiva “estimular a inclusão das temáticas ambientais nas ações de extensão e nos conteúdos transversais dos currículos de graduação e de pós-graduação”, bem como “divulgar, para a comunidade universitária e sociedade em geral, os dados e as informações ambientais decorrentes das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão ambiental” (ASC, 2013; PROAÇÃO, 2014).

A ideia principal da Política Ambiental da UEM é a contribuição para o bem-estar da sociedade, tendo como princípios a sustentabilidade, a prevenção, a precaução, a integração, a transversalidade do planejamento e execução das ações, a interação das ações de educação ambiental e o acesso livre às informações. Além dessa contribuição que a Política Ambiental almeja destaca-se que um dos pontos relevantes é que a UEM está no coração da cidade e precisa se integrar às ações do município para ser ambientalmente correta (PROAÇÃO, 2014).

A Política Ambiental da UEM estabeleceu responsabilidades a diferentes instâncias da universidade. Ao Conselho Universitário (COU), como órgão máximo da UEM coube definir a Política Ambiental aproveitando-se de sua atual organização por meio da Câmara de Planejamento para ser o transmissor e receptor dos anseios da instituição e da Comunidade Universitária. À Reitoria e às Pró-Reitorias, couberam as tarefas de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a execução da política determinada pelo COU, com a Assessoria de Planejamento (ASP) vinculada à Reitoria (ASC, 2013; PROAÇÃO, 2014).

Às Unidades Acadêmicas e Administrativas, coube a missão de executar as atividades, programas, projetos e planos determinados pela Reitoria e Pró-Reitorias em resposta ao COU. Tudo isso em conjunto com o COU, Reitoria e Pró-Reitorias, Prefeitura do Campus e demais servidores docentes e técnicos e discentes (ASC, 2013; PROAÇÃO, 2014). Portanto, é de suma importância que os órgãos estejam empenhados na aplicação da política, exigindo mudança de atitudes e comportamentos visando implantar medidas para: eficiência energética, reutilização da água, construções sustentáveis, permeabilização do solo, proteção de reservas, aquisição de produtos produzidos em bases sustentáveis, tratamento dos efluentes. Todas essas medidas influenciam positivamente a sustentabilidade (ASC, 2013; PROAÇÃO, 2014).

4.2 Projetos de extensão e as relações com a política ambiental da UEM

A Tabela 3 mostra a situação e objetivo dos 2 projetos estudados. Considerando que um dos projetos se encontra encerrado e o outro inadimplente, verifica-se que não existe nenhum projeto de extensão em vigor que tenha vínculo entre a Política Ambiental da IES, ainda que, o diálogo estabelecido entre representantes de projetos de extensão e o Proaçoão,

tenham dado início a viabilização da Política Ambiental da UEM (seção 4.1).

Projeto	Situação	Objetivo
1886/05	Inadimplente	Desenvolver um estudo dos principais instrumentos de exercício dos direitos de participação e de informação, garantidos à coletividade pela Constituição Federal e regulamentados pelas Leis Ambientais, bem como o levantamento dos procedimentos adotados pelos órgãos governamentais visando garantir o acesso do cidadão às informações e à participação nas decisões que envolvam o meio ambiente. Pretende-se compilar os resultados dos estudos e informações coletadas e divulga-los em forma de guia de informação ambiental, bem como através de palestras e para a coletividade em geral e, em especial, para alunos de 7ª e 8ª séries de ensino fundamental e do ensino médio de escolas públicas e particulares de Maringá, público alvo do projeto, além de divulgação através de meios de comunicação como a Rádio Universitária.
13270/07	Encerrado	Participar das atividades desenvolvidas pelo SER/Observatório Social de Maringá, no que se refere às atividades de acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária tanto da prefeitura de Maringá, quanto da UEM e na Câmara Municipal, bem como mini-cursos à servidores da UEM quanto da Prefeitura Municipal de Maringá, com o tema “O Exercício da Cidadania: Uma questão de responsabilidade fiscal e social voltado ao bem comum”, cujo Lema é “Pensar Grande a partir de Pequenas Atitudes”.

Tabela 3: Situação e Objetivo dos Projetos

Fonte: Dados da Pesquisa

O Projeto n° 13270/2007-UEM/DCC “Cidadania Com Responsabilidade Social” teve início com a finalidade de agir perante a comunidade universitária de modo a sensibilizar professores, técnicos administrativos e alunos para preservarem tanto o meio ambiente, salas de trabalho/estudos (PROAÇÃO, 2014). O Projeto buscou facilitar a limpeza, preservação e reciclagem de materiais, evitando gastos desnecessários, racionalizando o consumo de água e energia e além de doenças como a dengue, sendo encerrado em 2015.

A comunidade externa que frequenta o campus foi orientada da necessidade de contribuir com a preservação do patrimônio público. Para isso, foram realizadas palestras e minicursos à servidores da UEM e da Prefeitura Municipal de Maringá, com o tema “Cidadania Com Responsabilidade Social”, além da participação efetiva às quartas-feiras das reuniões ordinárias do Observatório Social de Maringá.

Desde agosto de 2005 o Departamento de Direito Privado e Processual (DPP-UEM) tem desenvolvido o Projeto de Extensão n° 1886/2005-UEM/DPP “Os Direitos de Cidadania e o Meio Ambiente”, que recebeu o. As ações desenvolvidas envolveram professores e acadêmicos, por meio da realização de palestras informativas para diversas escolas públicas de Maringá, além da formação de grupos de estudos para discussões.

Após seguidas reuniões de Preparação, foram selecionados 44 acadêmicos entre quarto e quinto ano do Curso de Direito para definir um conjunto de ações que foi lançado no dia 03 de junho de 2009. Os acadêmicos receberam conteúdos de Direito Ambiental, Civil, Penal e Administrativo e, também, próprios para a Educação Ambiental, com destaques à Carta da Terra e a Educação Ambiental como Política Pública.

Em 2010, o conteúdo foi repassado à comunidade universitária, como servidores e acadêmicos de outras áreas, por meio do Curso de Extensão “Comunidades de Aprendizagem no Processo de Educação Ambiental”. As atividades de 2010 contaram com a participação de Projetos, como “Cidadania e Ação Social”, do Proação-Ambiental e de outros professores da UEM, sendo a primeira vez que uma ação do Projeto integrou todos os projetos vinculados ao Programa Pró-Ação, destacando a importância da Educação Ambiental na Universidade.

No ano seguinte, foram abertas vagas para ingresso de novos acadêmicos de outros cursos além do Direito. Esses projetos resultaram na participação de seus membros na I e II Semana Ambiental da UEM, realizadas em junho de 2010 e 2011 e nos trabalhos das Câmaras Técnicas formadas pela Comissão Ambiental da UEM, criada especialmente para elaborar e propor a Política Ambiental da universidade.

Os resultados da presente pesquisa condizem com os encontrados por Verdi e Pereira (2006) ao verificarem que os projetos de extensão são, em sua maioria, ligados a um docente simpatizante da causa, mostrando não existir uma formação profissional conectada com valores institucionais mais responsáveis, e com Juliatto, Calvo e Cardoso (2011) pela ligação entre a Política Ambiental das instituições e alguns Projetos de Extensão. No entanto, ainda que as discussões iniciais para implementação na UEM estiveram no âmbito dos projetos de extensão, desde a inatividade destes não se pode inferir que ainda há relação significativas entre a Política e os Projetos nessa universidade.

As ações extensionistas relacionadas à área ambiental não apresentam acompanhamento institucional do órgão responsável pela Política Ambiental da Universidade (Proação-Ambiental), sendo as atividades desenvolvidas são restritas as iniciativas pessoais dos docentes. Ressalta-se que a Política ambiental pode nortear, legitimar e tornar as ações socioambientais da universidade mais transparentes para a comunidade, medidas estas adotadas por outras universidades como a USP e USFC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar a relação entre a política ambiental da UEM e as iniciativas dos projetos de extensão da mesma por meio do levantamento dos projetos e resultados alcançados nos últimos cinco anos. Para isso, a metodologia utilizada foi o estudo de caso exploratório com dados bibliográficos e documentais. Os dados utilizados foram coletados por meio do Sistema de Gestão de Projetos de Extensão e analisados com base na Lei vigente da instituição, colaborando para a construção ou aprimoramento de conhecimentos e com o preenchimento de lacunas existentes a respeito do tema.

Os resultados demonstraram que nos últimos 5 anos, de 25 projetos na área Ambiental, apenas os projetos “Cidadania com responsabilidade social” e “Os direitos de cidadania e o meio ambiente” atendem a relação com a política da UEM. Além disso, verificou-se que estes 2 projetos não estão em andamento, tendo a última movimentação em 2015 e 2016, respectivamente.

A proposta destes projetos de extensão tem potencial para discutir a Política Ambiental, conectando a Universidade, estudantes e Sociedade. Os Projetos tiveram participação significativa na campanha de responsabilidade socioambiental, na I Semana Ambiental e na criação da Carta Ambiental da Universidade por meio de ações e diálogos em conjunto com o Proação, resultando na criação da Política Ambiental da UEM.

A pesquisa contribui para a discussão sobre o tema relacionado a responsabilidade socioambiental dos projetos de extensão e a Política Ambiental nas IES, ao apontar relação existente entre ambos, mas infere que os projetos encontrados não apresentam acompanhamento institucional do órgão responsável pela Política Ambiental da universidade. Nesse ponto, há um paradoxo considerando que as diretrizes da Política Ambiental estabelecem a necessidade de vínculo com os projetos de extensão, mas eles ocorram apenas em 2 projetos e atualmente estão desativados. Os projetos de extensão podem impulsionar a disseminação da Política Ambiental da IES, logo a criação de novos projetos deve ser realizada para dar apoio as diretrizes.

Aponta-se como limitação do estudo investigação apenas documental e incentiva-se para futuras pesquisas entrevistar os atores que elaboram as diretrizes da política ambiental,

os participantes dos projetos de extensão para compreender as limitações e dificuldades em estabelecer a relação entre projetos e diretrizes. Além disso, sugere-se compreender os atores sociais externos a IES, afim de identificar se as políticas ambientais e os projetos de extensão influenciam no seu cotidiano, ou seja, a academia tem atendido o seu papel de desenvolvedor social em práticas ambientais?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ASC UEM. Disponível em: <<http://www.asc.uem.br/>>. Acesso em 08 de março de 2017.
- BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BRAGA, Célia. **Contabilidade Ambiental – Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.
- COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade Ambiental - Mensuração, Evidenciação e Transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.
- DANTAS, Marina Kolland; PACHECO, Larissa Marchiori; LIBONI, Lara Bertocci; CALDANA, Adriana Cristina Ferreira. Análise dos gastos públicos com gestão ambiental no Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 8, n. 3, p. 52-68, 2014.
- DIAS, Vera Lúcia Nehls; MARTINS, João Daniel Barbosa; PRESTES, Laura Dias; SILVA, Rudney da. Educação Ambiental. 2012.
- ENGELMAN, Raquel; GUISSO, Rubia Marcondes; FRACASSO, Edi Madalena. **Ações de gestão ambiental nas instituições de ensino superior: o que têm sido feito por elas?** Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 3, n. 1, p. 22-33, 2009.
- FERES, Yuri Nogueira; ANTUNES, Felipe Zacari. Gestão ambiental em instituições de ensino: programa ecoeficiência e sistema de gestão ambiental do SENAC São Paulo. **IX ENGEMA – Encontro Nacional sobre gestão empresarial e meio ambiente**, 2007.
- FURB, U. R. de B. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2010-2015 (2014). <https://doi.org/http://www6.furb.br:8080/documents/10179/20389/res030-2012.pdf/7643242f-68a3-48bf-97f1-05718077fb43>
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JULIATTO, Dante Luiz; JUAREZ CALVO, Milena; ELPÍDIO CARDOSO, Thaianna. **Gestão integrada de resíduos sólidos para instituições públicas de ensino superior**. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, v. 4, n. 3, 2011.
- KLEIN, Amarolinda Zanela; SILVA, Lisiane Vasconcellos da; Machado, Lisiane; Azevedo, Debora. **Metodologia de pesquisa em administração: Uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2015.
- MARCOMIN, Fatima Elizabeti; SILVA, Alberto Dias. **A Sustentabilidade No Ensino Superior Brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade**. Revista Contrapontos, v. 9, n. 2, p. 104-117, 2009.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990
- Meadows, D. H., Meadows, D., & Randers, J. (1972). *The Limits to Growth*. (U. Books, Org.), *The Limits to Growth* (5° 1972). New York: Universe Books. <https://doi.org/10.1111/j.1752-1688.1972.tb05230.x>
- Metodologia da Pesquisa em Letras. 2004.
- MUCELIN, Carlos Alberto; BELLINI, Marta. **Lixo e impactos ambientais perceptíveis no**

- ecossistema urbano.** Sociedade & natureza, v. 20, n. 1, p. 111-124, 2008.
- OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos da Pesquisa Contábil.** São Paulo: Atlas, 2011.
- OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e Técnicas da Pesquisa em Contabilidade.** São Paulo: Saraiva, 2003.
- ONU. (1972). Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972. Declaração de Estocolmo, 13. <https://doi.org/10.1016/j.jhazmat.2016.07.028>
- PEREIRA, Nayara Andrade. **Desenvolvimento sustentável.** Revista Jurídica, v. 7, n. 06, 2012.
- PORTELA, Girlene Lima. **Pesquisa Quantitativa ou qualitativa? Eis a questão.** Artigo publicado pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Departamento de Letras e Artes.
- PROAÇÃO UEM. Disponível em: <<http://www.proacao.uem.br/index.php/projetos/politicaambiental/10-politica-ambiental-da-uem/>>. Acesso em 08 de março de 2017.
- REIS, Camila Cardoso dos; MORAES, Jorge André Ribas. Proposta de elaboração de política ambiental para Instituição de Ensino superior – IES do Sul do País. **25º congresso brasileiro de Engenharia sanitária e ambiental.** 2009.
- RESOLUÇÃO Nº 020/2013 COU. Disponível em: <<http://sites.uem.br/politicaambiental/resolucao-n-020-2013-cou/view/>>. Acesso em 08 de março de 2017.
- RIBEIRO, Patrícia Emanuele da Cruz Dias; PALACIOS, Kátia Elizabeth Puente; FERREIRA, Thais Virgínia Alves. Responsabilidade Socioambiental nas Organizações: uma Medida de Práticas Organizacionais e Endosso dos Trabalhadores. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 36-50, 2015.
- SCHENINI, Pedro Carlos; SANTOS, Jair Alcides Dos; OLIVEIRA, Fernando Ventura De. A Importância da Auditoria Ambiental nas Organizações. **XLV CONGRESSO DA SOBER.** Londrina, 2007.
- SGA USP. Disponível em: <<http://www.sga.usp.br/grupos-de-trabalho-da-sga/politica-ambiental-na-universidade/>>. Acesso em 08 de julho de 2017.
- SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SISTEMA DE GESTÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO. Disponível em: <<http://www.sgp.uem.br:8080/sgpex/>>. Acesso em 02 de setembro de 2017.
- SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. **Educação ambiental como política pública.** Educação e pesquisa, v. 31, n. 2, 2005.
- TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, 2006.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo. Atlas, 2011.
- UFSC. Disponível em: <<http://ufscsustentavel.ufsc.br/politica-ambiental-ufsc/>>. Acesso em 08 de julho de 2017.
- VERDI, Marcio; PEREIRA, Graciane Regina. **A educação ambiental na formação de educadores – o caso da Universidade Regional de Blumenau – FURB.** REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 17, 2012.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9 ed. São Paulo. Atlas, 2007.